







Insights cartográficos do programa institucional de internacionalização (print) no contexto das Instituições Federais de Ensino brasileiras

Cartographic Insights from the Institutional Internationalization Program (Print) in the Context of Brazilian Federal Education Institutions

 **Lucas Alves do Nascimento¹**
 **Fabiana Pinto de Almeida Bizarria²**
 **Márcia Zabdiele Moreira³**
 **Italo Cavalcante Aguiar⁴**
 **Kilvia Souza Ferreira⁵**
 **Leonardo Victor de Sá Pinheiro⁶**

Resumo

Esta pesquisa objetiva analisar aspectos institucionais da internacionalização das Instituições de Ensino Superior brasileiras vinculadas ao Programa Capes-PrInt. Para isso, foram selecionadas 15 das 36 IES, considerando o acesso aos planos pelo site institucional. Utilizando o software Iramuteq, foi realizada análise lexical do corpus documental. Os clusters gerados discutem temas relacionados aos Aspectos Organizacionais (Língua, Parceria, Intercâmbio, Suporte); Aspectos Institucionais (Protagonismos, Atração, Processos e Procedimentos); e Aspectos Políticos (Conceito e Inovação). Observa-se que a inovação normativa configura representações associadas à internacionalização tradicional, centrada na língua, na mobilidade e nas parcerias internacionais. Pesquisas futuras podem ampliar a compreensão da organização da institucionalidade dos processos internacionais, em atenção à dinâmica sociocultural.



Palavras-chave: ensino superior, universidade, educação, formação, currículo

Abstract

This research aims to analyze the institutional aspects of the internationalization of Brazilian Higher Education Institutions (HEIs) linked to the Capes-PrInt Program. For this purpose, 15 of 36 HEIs were selected based on access to the plans via their institutional websites. Using the Iramuteq software, a lexical analysis of the documentary corpus was performed. The generated clusters discuss topics related to Organizational Aspects (Language, Partnership, Exchange, Support); Institutional Aspects (Protagonism, Attraction, Processes, and Procedures); and Political Aspects (Concept and Innovation). It is observed that normative innovation configures representations associated with traditional internationalization, centered on language, mobility, and international partnership. Future research may expand understanding of the institutionalization of international processes by attending to sociocultural dynamics.

Keywords: higher education, university, education, formation, curriculum

¹ lucasa.nascimento@hotmail.com, Universidade Federal do Ceará – UFCE, Fortaleza/CE [Brasil]

² bianapsq@hotmail.com, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-MG, Belo Horizonte/MG [Brasil]

³ marciazabdiele@ufc.br, Centro Universitário Christus – UniChristus, Fortaleza/CE [Brasil]

⁴ italo474@gmail.com, Centro Universitário Christus – UniChristus, Fortaleza/CE [Brasil]

⁵ kilviasouza@ufc.br, Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza/CE [Brasil]

⁶ leonardopinheiro@hotmail.com, Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina/PI [Brasil]

Recebido em: 24.05.2024

Aprovado em: 15.07.2025

Como citar este artigo

Nascimento, L. A., Bizarria, F. P. A., Moreira, M. Z., Aguiar, I. C., Ferreira, K. S., & Pinheiro, L. V. S. (2025). Insights cartográficos do programa institucional de internacionalização (print) no contexto das Instituições Federais de Ensino brasileiras. *Revista Administração em Diálogo - RAD*, 27(3), 24-41. <https://doi.org/10.23925/2178-0080.2025v27i3.66884>

Introdução

A internacionalização do ensino superior se apresenta como um processo estratégico ligado à globalização (Morosini, 2006; Knight, 2004, 2005; Gao, 2015), associado ao anseio por legitimidade no contexto internacional (Zapp, Jungblut & Ramirez, 2021), conferindo significado à universidade moderna, no caminho da representação da qualidade do ensino (Smolyakov, 2021), no sentido da reputação associado aos números de matrículas, prêmios e rankings (Seeber & Catteano, 2016). O aumento da competitividade entre as instituições de ensino superior por um nível de reputação e classificação mais elevado é um motivo associado ao impulso à internacionalização (Al-Youssef, 2009; Laus, 2012).

Conceitualmente, Al-Youssef (2009) apresenta a internacionalização em quatro abordagens: (i) baseada em atividades acadêmicas, (ii) focada em competências (conhecimentos, habilidades e atitudes), (iii) com ênfase na cultura organizacional e (iv) centrada em processos, que busca um estudo integrado, inclusive em atenção aos propósitos nacionais, regionais e locais, o que sinaliza que não há uma única forma de se internacionalizar, ou um único modelo que possa ser seguido, sem que ele seja revisto, analisado e adaptado a um determinado contexto (Laus, 2012).

Se a internacionalização é definida em termos de processo, o conceito torna-se menos genérico e deve refletir as prioridades específicas de um país, de uma instituição ou de um grupo de stakeholders (Knight, 2004). O fato de que cada modelo de internacionalização está mais bem equipado em seu contexto original não reduz a sua ‘usabilidade’ em outros contextos. Porém, estudos sobre internacionalização não atribuem o peso suficiente à análise do conjunto de elementos específicos de um determinado contexto (Al-Youssef, 2009).

Considerando que em discussões sobre governança e gestão centralizam debates no campo, suscitando análises pouco sistemáticas (Friedman & Miller-Idriss, 2014), Craciun (2015) defende a necessidade de compreender concepções e políticas nacionais, no sentido da transparência dos esforços acadêmicos e da prática política, favorecendo o acúmulo sistemático de conhecimento e o desenho de políticas bem equipadas para cumprir os objetivos desejados.

Meyer e Ramirez (2005) argumentam que, para promover a integração, seria necessário o reconhecimento mútuo da equivalência estrutural ou técnica entre os sistemas educativos nacionais. Dessa forma, a garantia de qualidade e acreditação (QAA), os quadros de qualificação (QFs) e as convenções de reconhecimento são os maiores desafios, em função dos atores em múltiplos níveis (por exemplo, subnacional, supranacional e internacional), incluindo múltiplos agentes, governamentais ou não (Verger, 2009). Além disso, é preciso refletir sobre a soberania nacional na formulação de políticas educativas (Hazelkorn, 2015).

Ante essa discussão, De Witt (2007) e Knight (2020) compreendem que contextos regionais, como o da América Latina, apresentam peculiaridades, ao passo que a compreensão intercultural não é enfatizada, com preocupações relacionadas à perda da identidade cultural. Em relação ao processo, o principal mecanismo continua sendo a mobilidade de estudantes e professores, o que contrasta com a experiência de outras regiões. As estratégias institucionais estão principalmente focadas em atividades

centradas nos indivíduos, e não no sistema, o que limita a melhoria da qualidade em todos os níveis do processo educativo (processo de ensino, estrutura curricular e processo de tomada de decisões) (De Witt, 2007).

Ampliando a análise de De Witt (2007), considera-se a observação de Horn, Hendel e Fry (2012) sobre um desafio importante para as universidades a partir da década de 2020, relacionado ao aumento da proporção de alunos que estudam no exterior em relação àqueles que têm apenas uma experiência superficial de internacionalização em casa. Acreditam que uma internacionalização mais abrangente contribuiria para a cidadania global e para um maior engajamento da sociedade civil global mais inclusiva (Horn, Hendel & Fry, 2012).

Durante a 40ª Conferência Geral das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, realizada em Paris, em 2019, a internacionalização é central às discussões, a partir de questões relacionadas à “Educação Internacional”, à Educação transfronteiriça, à Mobilidade e ao Diploma. No mesmo caminho, Stensaker e Frølich (2008) ressaltam que a busca pela internacionalização também pode suscitar discussões sobre como as instituições lidam com questões de natureza social.

Teichler (2004), nesse caminho, discute a ‘globalização’ e a ‘europeização’, quando, criticamente, define tensões face ao reconhecimento das diversidades educacionais e à globalização como pauta do capitalismo, em que status, reputação e transferência comercial de conhecimento são centrais. Sugere, ainda, uma análise sobre a internacionalização a partir da necessidade de coesão social e de sobrevivência ecológica, sendo estas, em geral, substituídas por sociedade do conhecimento, aldeia global e aprendizagem global, por exemplo. Nesse caminho, Yemini (2021) lembra que a internacionalização do ensino superior é um fator para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), entre eles a redução das desigualdades.

Em 2017, o Governo brasileiro, por meio da Portaria CAPES nº 220, de 03 de novembro de 2017, que institui o Programa Institucional de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior e de Institutos de Pesquisa do Brasil e dispõe sobre as diretrizes gerais do referido Programa. Na sequência, lançou o Edital 41/2017, com regras relativas à seleção de Projetos Institucionais de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior ou de Institutos de Pesquisa, com resultados homologados em 2018 e 2022, preliminares e finais.

Nesse sentido, desde a Portaria CAPES nº 220/2017, Programa Capes-PrInt, observa-se ênfase na perspectiva de institucionalização da internacionalização por meio do governo federal, com fomento baseado em critérios institucionais, em referência aos planos estratégicos voltados à internacionalização. Nesse sentido, amparada pelo protagonismo que o governo brasileiro assumiu a partir da implementação do programa em curso, a pesquisa objetiva analisar aspectos institucionais da internacionalização de instituições de ensino superior brasileiras vinculadas ao Programa Capes-PrInt.

Estratégias de Institucionalização da Internacionalização

Nas últimas décadas, o interesse pelo tema da internacionalização do ensino superior levou pesquisadores a abordar esses fenômenos de diversas formas, com focos distintos. Esse assunto passou a ser investigado por autores em nível internacional, como, por exemplo, De Witt (1998), Knight (2004, 2005), Al-Youssef (2009) e, em nível nacional, Miura (2006), Morosini (2006, 2011) e Laus (2012).

Os modelos de internacionalização mais citados são os de Davies (1992), Rudzki (1995), Knight (1995), Van Dijk e Meijer (1997) e Manning (2003). Os dois primeiros foram desenvolvidos no Reino Unido na década de 1990; em seguida, o modelo de Van Dijk e Meijer (1997) foi elaborado com base em uma pesquisa realizada na Holanda. Já o modelo de Knight (1995) foi desenvolvido no Canadá e gerou um modelo circular com seis etapas de internacionalização: consciência, compromisso, planejamento, operacionalização, revisão e reforço (Knight, 1995). Os estudos de Manning (2003) ampliaram o modelo de Knight (1995) em dois aspectos: a integração entre as etapas e a influência do ambiente externo (Al-Youssef, 2009).

Knight (2004) apresentou uma revisão do seu modelo, integrando as considerações do trabalho de Manning (2003), que parte da concepção de internacionalização como um processo contínuo e integrado, que engloba as quatro abordagens: atividade, competência, cultura organizacional e processo, a partir de uma análise das políticas, programas e estratégias utilizadas (Al-Youssef, 2009). O esquema teórico revisado por Knight (2004) representa o modelo mais utilizado nas análises sobre a internacionalização do ensino superior (Laus, 2012), por ser considerado abrangente, pois insere-se numa vertente processualista (Miura, 2006).

As estratégias de programa dividem-se em quatro categorias. Cada instituição de ensino deve saber, de forma clara, os motivos que a impulsionam a internacionalizar-se e os objetivos que pretende alcançar. Quando há sinergia e articulação entre os motivos e os objetivos, os programas se alinham às expectativas de internacionalização da instituição de ensino (Knight, 2004). As estratégias organizacionais também se dividem em quatro categorias: governança, operações, serviços e recursos humanos. Essas estratégias dizem respeito às políticas, procedimentos, sistemas e infraestrutura que dão suporte à dimensão internacional da instituição. Por meio dessas estratégias, a dimensão internacional se insere na missão da instituição, na cultura organizacional, nos sistemas de administração e no planejamento organizacional (Knight, 2004).

Embora o ciclo tenha sido revisado e ampliado para incluir mais duas categorias, na perspectiva da integração entre os fatores, Al-Youssef (2009) levanta alguns pontos de reflexão. Um deles diz respeito a momentos em que as etapas podem sofrer influências devido a algum problema interno ou externo à instituição, o que pode alterar sua configuração. Outra questão levantada é que o modelo adota uma análise processualista, mas a análise contextual parece ter ficado em segundo plano, o que dificultou a compreensão de como as etapas se comportam em diferentes contextos.

Embora o olhar processual e contextual, como defende Al-Youssef (2009), ainda haja difusão de estudos que se centram em definir as etapas, como o de Cai (2017), que aborda cinco estágios da internacionalização: (i) internacionalização como atividades marginais, (ii) mobilidade estudantil, (iii) currículo e internacionalização da

pesquisa, (iv) institucionalização da internacionalização e (v) comercialização dos resultados da internacionalização. Por outro lado, Söderqvist (2007), em estudo na China, enfatiza que as estratégias do país devem centrar-se em (i) estudar no estrangeiro, (ii) integrar uma dimensão internacional (com ênfase no papel estratégico do inglês) no ensino e no currículo e (iii) cooperar com instituições de ensino superior estrangeiras (IES).

Dentre os desafios da internacionalização, Cai (2017) pontua (i) a transformação do processo de internacionalização em meta; (ii) as barreiras na cooperação acadêmica entre a China e a Europa, o que impede, por exemplo, a emissão de diplomas duplos e (iii) a cooperação entre acadêmicos chineses e de outras partes do mundo acontece por meio de intermédio de algum agente administrativo, e não diretamente entre eles, o que evidencia a falta de independência dos estudiosos chineses, quando comparado aos europeus. No caso de Söderqvist (2007), observa-se maior mobilização do país como agente estratégico.

Stensaker e Frølich (2008) propõem que é necessário obter uma visão mais ampla de como a internacionalização afeta as instituições enquanto organizações, por meio da análise de relatórios avançados, de práticas e da apreciação de programas e políticas de organizações internacionais. Assim, para os autores, com informações sobre as condições organizacionais, pode-se buscar estratégias alinhadas às mudanças e aos processos de implementação das políticas.

A visão institucionalista é estudada em diversos campos do conhecimento como Economia, Administração, Psicologia Social, Antropologia e Ciências Políticas, possuindo duas correntes de investigação: uma vertente sociológica, que caracteriza o neo institucionalismo, tendo como representantes DiMaggio e Scott, e um conjunto de autores franceses; e uma vertente econômica, conhecida como nova economia institucional, tendo como principais representantes North e Williamson (Bastos & Borges-Andrade, 2004).

A institucionalidade, diferente da abordagem à organização, situa a constituição de obrigações normativas que influenciam o pensamento social e a ação, padrões que inscrevem normas, valores e ideias, ao passo que as organizações são lugares onde se materializam crenças e valores (Schvarestein, 1995). “Toda instituição compreende um movimento que a gera – o instituinte –, um resultado – o instituído – e um processo – a institucionalização” (Bastos & Borges-Andrade, 2004, p. 76). Para Guarido Filho et al. (2009), a institucionalização envolve a validação e a reprodução das normas socialmente aceitas, bem como a incorporação do conhecimento construído a partir do resultado da interação social, o que contribui para o compartilhamento da concepção de realidade entre os atores sociais e para a ação.

As organizações se legitimam por meio dos significados que atribuem ao sistema de valores e idealizações, privilegiando aspectos cognitivos e simbólicos socialmente compartilhados, bem como funções objetivas que a caracterizam (Tolbert & Zucker, 1998). As interpretações relacionam-se a comportamentos sociais e balizam regras, normas e procedimentos institucionais, ganhando maior estabilidade e sobrevivência (Meyer & Rowan, 1977). A interação com o ambiente é compreendida de forma ativa, ampliando as discussões sobre o processo decisório e as escolhas

estratégicas. Assim, as opções estratégicas são mediadas pela forma institucional criada pela organização, em resposta à elaboração cognitiva dos aspectos do contexto organizacional (Machado-Da-Silva, Fonseca & Cubrellate, 2010).

A abordagem institucional, fundamentada na vertente neoinstitucional, enfatiza dimensões subjetivas imbricadas do contexto organizacional, como, por exemplo, interpretação, poder, conflito, atores sociais, cooperação, competição, regras, convenções, tradução e acordos (Dias & Loiola, 2001). São estudados os eventos críticos de mudança social e de adaptação que ensejam novos arranjos sociais, capazes de agregar novos aspectos ao processo de institucionalização (Crozier & Fredberg, 1977 apud Bastos & Borges-Andrade, 2004).

A definição e a conformação institucional, estudadas por DiMaggio e Powell (2005), atribuem maior ênfase à concepção de campo organizacional, entendida como um conjunto de organizações que possuem vida institucional e permitem a análise da equivalência de suas estruturas. A homogeneização, caracterizada como isomorfismo, corresponde à adaptação das organizações ao ambiente, resultante de pressões de outras organizações a reproduzir os padrões de organizações submetidas às mesmas condições ambientais (Bastos & Borges-Andrade, 2004). De acordo com Bastos e Borges-Andrade (2004), dois tipos de isomorfismo são inventariados – o competitivo e o institucional, com apoio em três mecanismos: coercitivo, mimético e normativo.

Com base nos estudos de Meyer e Rowan (1977), Tolbert e Zucker (1998) propõem uma análise mais interpretativa do fenômeno da institucionalização, considerando os sujeitos envolvidos em ações habituais como agentes do fenômeno organizacional, em relação à adaptação e às escolhas estratégicas (Selznick, 1971; Berger & Luckmann, 1985).

Na perspectiva de delimitar categorias sobre o fenômeno de institucionalização, Tolbert e Zucker (1998) elaboraram três etapas de análise: “habitualização” ou estágio pré-institucional; “objetificação” ou estágio semi-institucional; e “sedimentação” ou total institucionalização. A “habitualização” refere-se à busca pela resolução de problemas e ao amparo social e cognitivo necessário, bem como às estruturas normativas, políticas e procedimentais. A legitimidade das ações de outras organizações é utilizada como critério de escolha (Dimaggio & Powell, 2005) na busca por condições contextuais e ambientais em equilíbrio (Quinello, 2006; Tolbert & Zucker, 2010).

A objetificação faz referência a um momento de maior consolidação em que o monitoramento organizacional é iniciado, que se traduz em ações mais organizadas, padronizadas, com valores mais sólidos, adquire base normativa, refletindo a teorização sobre a própria estrutura, a normatização de procedimentos otimiza o trabalho e algumas pessoas mobilizam essa difusão, as chamadas *champions*, e auxiliam na disseminação da estrutura em desenvolvimento (Quinello, 2006; Tolbert & Zucker, 2010). A sedimentação, por meio de uma estrutura num estágio mais avançado de organização, com adesão e estabelecimento de valores e procedimentos que fundamentam o funcionamento organizacional, faz com que a estrutura seja expressa de maneira mais contínua e histórica ao longo de outras gerações de membros, com diminuição da resistência.

No âmbito do ensino superior, discursos, políticas, estruturas e currículos geralmente são capturados pelo conceito de isomorfismo (Meyer & Frank, 2007). Para Zapp e Ramirez (2019), ao passo que no contexto da educação global impõe um discurso normativo e dimensões regulatórias, em função do rápido crescimento de organizações internacionais focadas em conferências, programas de apoio e agenda do ensino superior, bem como do aumento no número de agências de acreditação internacionais – aumento de Universidades credenciadas, com pressões de integração – reconhecimento de diplomas.

Tamtik e Kirss (2016) abordam sobre em padrões aceitáveis da internacionalização aos contextos locais, em função da variedade de formas como a internacionalização é aplicada em diferentes contextos regional e nacional, suscitando análise da Teoria de construção normativa de Finnemore e Sikkink (1998) que destaca 3 estágios de normatização da internacionalização: (i) (a emergência da norma), (ii) (normas em cascata) e (iii) (internalização das normas) ao identificarem diferentes atores e mecanismos importantes e atuação de agentes institucionais, em complexas na rede de stakeholders, caracterizada pela diversidade de interesses e fundamentos. A análise também demonstrou o papel central dos fatores culturais, como o idioma e as crenças sociais, no impacto sobre os resultados do processo de construção de normas, conforme Tamtik e Kirss (2016).

Questão adicional, também atrelada à institucionalização, é discutida por Wu e Qiang (2018), que orientam ações para dentro (*inward*) e para fora (*outward*), com base na difusão de inovações que envolvem conhecimento, cultura, modelos de Ensino Superior e normas. Reforçam a noção de difusão transcultural de inovações e teorias relacionadas ao sistema mundial, ao *soft power* e à diplomacia do conhecimento. Wu e Qiang (2018) também consideraram os países-destino e as forças impulsionadoras da internacionalização do ensino superior, classificando-os em países centrais, periféricos e semiperiféricos no sistema mundial do conhecimento.

Nesse sentido, qualquer esforço analítico confere uma visão limitada à fotografia de um processo em curso, recursivamente institucionalizado. A imagem resultante, porém, pode favorecer percepções e insights sobre o caminho traçado, no sentido de refletir sobre possíveis escolhas estratégicas a serem derivadas.

Metodologia

A pesquisa de natureza qualitativa buscou analisar os planos de internacionalização de 15 universidades federais brasileiras, presentes nas 5 regiões do país, a partir do Programa Institucional de Internacionalização – Capes-PrInt EDITAL nº 41/2017, cujo resultado foi lançado em 2018 e 2022, preliminar e final, respectivamente, e contemplou 36 universidades. O conjunto de planos estudados foi selecionado com base no acesso via site institucional.

A relação das universidades federais estudadas foram: Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)/ Minas Gerais, Universidade Federal da Bahia (UFBA)/Bahia, Universidade Federal do ABC (UFABC)/São Paulo, Universidade Federal do Paraná (UFPR)/Paraná, Universidade Federal (UFMG)/Minas Gerais, Universidade Federal do Ceará (UFC)/Ceará, Universidade Federal Fluminense (UFF)/Rio de Janeiro,

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)/Minas Gerais, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)/Santa Catarina, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)/Pernambuco, Universidade de Brasília (UNB)/Brasília; Universidade Federal do Pará (UFPA)/Pará, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade Federal do Pampa (Unipampa)/Rio Grande do Sul; e Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)/Rio Grande do Norte.

Em relação à etapa exploratória, utilizou-se, nesta pesquisa, a análise lexical (Marchand, 2013), com o auxílio do software Iramuteq. Assim, foi possível proceder à análise da estrutura do discurso, que reúne as palavras com base em padrões estatísticos (Kronberger & Wagner, 2004). No software, as Unidades de Contexto Iniciais (UCI), que definem o número de dados (no caso, 15 planos), e as Unidades de Contexto Elementares (UCE), que representam os segmentos de texto, foram geradas por meio de comandos específicos (Camargo & Justo, 2013).

Em termos de análise, procedeu-se à Classificação Hierárquica Descendente (CHD), de acordo com o método de Reinert (1990), que classifica as UCEs e, em seguida, por meio do teste qui-quadrado, a CHD gerou os agrupamentos (clusters) com base no grau de ligação de uma palavra à classe à qual pertence (Camargo & Justo, 2013). Como resultado desta etapa, obtém-se o dendograma, que ilustra a formação das classes e apresenta as palavras estatisticamente mais significativas de cada grupo (Camargo & Justo, 2013).

Para o processo de categorização, os segmentos de texto associados a cada palavra foram selecionados e alguns foram apresentados para ilustrar a análise das rotulações de cada classe (Kronberger & Wagner, 2004). Realizou-se também a Análise Fatorial por Correspondência (AFC), que apresentou um plano cartesiano com os clusters, expressando as relações de proximidade entre eles (Camargo & Justo, 2013).

Quanto à apresentação dos resultados, com os documentos selecionados, processou-se a análise léxica com 15 Unidades de Contexto Inicial (UCI) (15 planos), que foram divididos em 2898 Unidades de Contexto Elementar (UCE), 104275 ocorrências de palavras, com 8495 formas (palavras), das quais 1928 eram ativas (adjetivo, advérbio, substantivo, verbos, formas não comuns) e 3566 complementares. A CHD, que realiza o cruzamento de matrizes de segmentos de texto e de palavras, reteve 161 UCE, ou seja, 89,61% dos segmentos de texto, e identificou 3 classes (clusters) de palavras, conforme o Dendrograma (Figura 1).

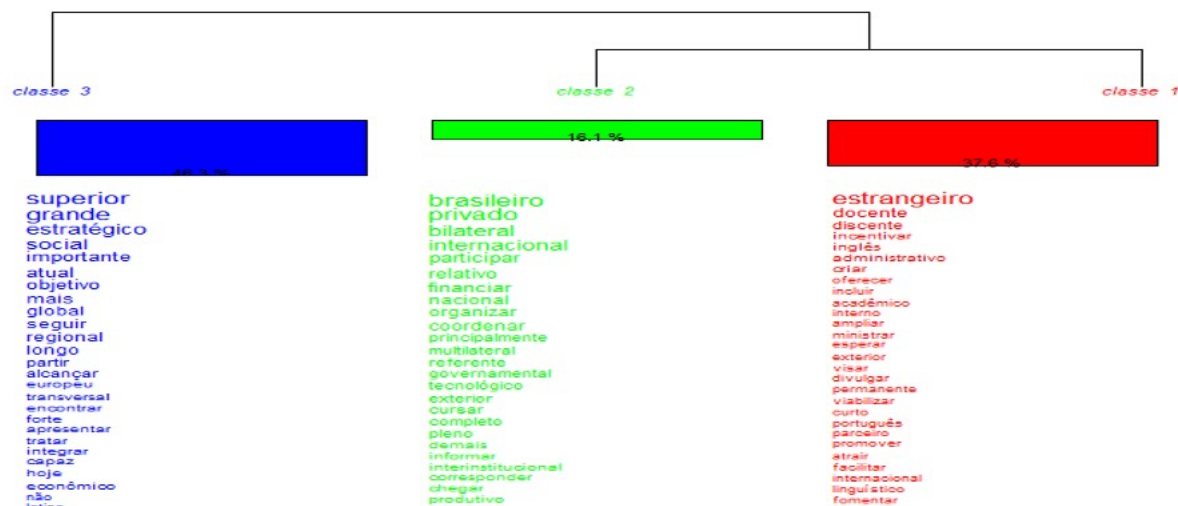
O dendrograma organiza as palavras com maior relevância, quanto à frequência média, entre si. A partir desse conjunto de palavras, é possível visualizar a representação de cada cluster no que se refere ao total do corpus. O cluster 3, formado por 46,3% das UCEs, tem como palavras mais representativas: superior, grande, estratégico, social, importante [...]. Desse cluster, o software opera partições entre os clusters 1 e 2.

O cluster 1 corresponde a 37,6% das UCEs. As palavras estatisticamente mais significativas dele são: estrangeiro, docente, discente, incentivar e inglês [...]. Enquanto o cluster 2 retém 16,1% das UCEs e é representado estatisticamente pelas palavras: brasileiro, privado, bilateral, internacional e participar. Já o cluster 3 detém

46,3% das UCEs e, estatisticamente, contém as palavras: superior, grande, estratégico, social e importante.

Figura 1

Dendrograma de Classificação Hierárquica Descendente (CHD)

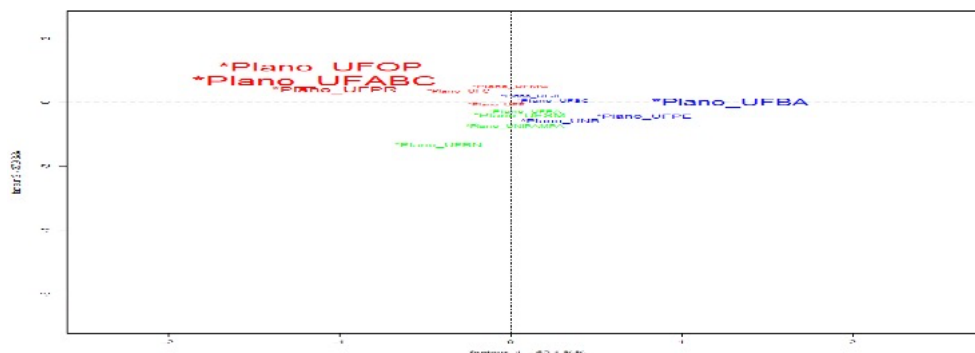


Fonte: Dados da pesquisa. *Figura gerada pelo software Iramuteq

A Análise Fatorial por Correspondência, por meio do plano cartesiano, estabelece a relação espacial entre as classes. Assim, é possível inferir, por exemplo, como os elementos estudados se entrosam, pois quanto mais distantes estiverem no plano, menos “conversam” sobre as mesmas coisas (Figura 2).

Figura 2

Representação Fatorial fornecida pelo software IRAMUTEQ



Fonte: Dados da pesquisa. Nota: Figura gerada pelo software Iramuteq

De acordo com o que se observa na figura 2, o segmento de palavras referente ao cluster 2 (sinalizado em verde), cartograficamente falando, é o que aparece menos demarcado; nesse sentido, o segmento 1 (cluster 1, em vermelho) é o que mais se destaca, pois mesmo não possuindo o maior % de incidência de palavras, é o que possui o maior número de elementos isolados dos demais. Já o segmento de palavras 3 (em azul), embora mais demarcado cartograficamente, apresenta maior proximidade com o cluster 2. É interessante observar que, mesmo as relações estabelecidas pelo

dendograma demonstrarem que o cluster 3 opera partições para os demais, o conjunto de palavras dele, que se relaciona com palavras dos demais, é concentrado, principalmente porque ele não possui elementos que se relacionem simultaneamente com os dois outros clusters.

A análise do plano cartográfico anterior permite ainda perceber que tanto a UFOP quanto a UFABC são as instituições que mais se destacam dentro da área demarcada pelo cluster 1. É interessante ainda observar que a UFMG, a UFC e a UFF estão próximas entre si, dentro do mapa cartesiano, mas também se aproximam do cluster 3, mais especificamente das universidades UFRJ e UFSC. Isso implica que os planos dessas universidades, além de se aproximarem entre si, também têm proximidade com os das universidades do cluster 3 mencionadas.

Com relação ao cluster 2 percebe-se ainda que este é o que mais se aproxima do 3, desse cluster as universidades que aparecem cartograficamente mais destacadas são UFMS, UNIPAMPA e a UFRN, nesse sentido a que possui menos destaque dentro desse cluster seria a UFPA, que desse cluster é a que mais se aproxima da UFF, pertencente ao cluster 1.

No cluster 3, a UFBA apresenta maior destaque no gráfico; ainda cabe observar que, de acordo com o mapa, essa é a universidade mais isolada nesse plano. É importante ainda destacar que esse cluster é o único que se relaciona simultaneamente com os demais; nessa linha, os planos da UFPE e da UNB são os mais próximos do cluster 2; já a UFRJ e a UFSC estão mais próximas do cluster 1, mais precisamente da UFF.

Discussão dos Resultados

A partir da análise dos segmentos de texto extraídos dos planos, de acordo com os clusters formados pelo Iramuteq, foi possível construir 3 categorias: (1) aspectos organizacionais, (2) aspectos institucionais e (3) aspectos políticos. Essas categorias contribuem para discutir os aspectos recorrentes nos planos e nas análises sobre sentidos abstraídos no caminho do objetivo da pesquisa, conforme a Tabela 1.

Tabela 1

Principais temas extraídos a partir dos segmentos de texto

| Cluster | Temas |
|----------------------------|---|
| 1 Aspectos Organizacionais | Incentivo ao desenvolvimento de proficiências em língua estrangeira; Marketing institucional voltado ao exterior / criação de parcerias internacionais; Fomento ao intercâmbio entre pesquisadores; Adaptação da infraestrutura; Suporte aos estrangeiros visitantes. |
| 2 Aspectos Institucionais | Protagonismo (nacional e internacional); Atração de recursos; Processos e procedimentos para ações de internacionalização; Parcerias com órgãos públicos/privados nacionais e estrangeiros |
| 3 Aspectos Políticos | Mobilidade versus Processo de internacionalização; Políticas de parcerias internacionais; Conceito de internacionalização das IES; Internacionalização como força motriz para a inovação |

Fonte: elaborado pelos autores.

Nos segmentos de textos referentes ao Cluster 1, destacam-se questões relacionadas à língua, mais precisamente a formação de competências para o desenvolvimento de uma segunda língua: “[...] capacitar terceirizados para a recepção de estrangeiros, criar a política linguística, [...] ampliar a proficiência da comunidade

acadêmica em línguas estrangeiras [...] incentivar a oferta de disciplinas em colaboração com instituições estrangeiras [...]"

A esse respeito, cabe ressaltar que o planejamento linguístico é um fator importante para a internacionalização de instituições de ensino. Esse fator é determinante, pois permite que indivíduos e instituições almejem ideias relacionadas à expertise, ao poder, à influência e ao interesse. No caso do Brasil, o desenvolvimento dessas competências é fortalecido à medida que o país (ou suas instituições) é retirado de sua "ilha linguística" (Finardi; Guimarães, 2021).

O fator linguístico perpassa outros temas, também presentes nos segmentos de texto referentes ao Cluster 1, como é possível visualizar no quadro 3: as questões relacionadas à imagem institucional dessas organizações no exterior, à criação de parcerias internacionais, bem como o fomento à troca entre pesquisadores brasileiros e estrangeiros, são significativas nesse conjunto de segmentos de texto. "[...] desenvolver e manter o website e os folders em inglês para auxiliar na atração de parceiros internacionais [...] renovar e intensificar o contato com os consulados [...] promover intercâmbios recíprocos entre extensionistas [...]"

Percebe-se que questões relacionadas à imagem dessas organizações também são levadas em consideração pelos planos analisados; a partir desse tema, é possível pensar em questões práticas que impactam o dia a dia da comunidade de cada instituição e que perpassam temas como protagonismo institucional, atração de recursos e parcerias. Contudo, é importante salientar que o próprio processo de internacionalização é um fator decisivo na construção da "boa imagem" de uma instituição perante a comunidade internacional.

Questões ligadas à estrutura das instituições, bem como ao suporte aos visitantes foram percebidos no Cluster 1. [...] criar uma ambiência internacional na instituição [...] ampliar vagas nas moradias [...] promover ações para a execução da política de internacionalização, orientar as coordenações de curso quanto ao procedimento de matrícula dos alunos estrangeiros [...] fornecer auxílio em eventos científicos internacionais [...] recepcionar e prestar auxílio à hospedagem e estadia [...], facilitando a adaptação e favorecendo a realização de atividades.

Renfors (2021) discorre a esse respeito ao analisar a experiência finlandesa e alerta para a necessidade de investimentos para favorecer a experiência de internacionalização institucional. Em consonância, Aydinli e Mathews (2021) também avaliam como necessários esforços para ampliar o alinhamento entre o desejo de internacionalizar e a capacidade real de desenvolver o processo.

Em relação ao Cluster 2, percebe-se que os temas mais recorrentes nesse grupo abordam questões institucionais. Estão presentes assuntos como protagonismo, parcerias e processos, entre outros. A análise desses temas requer entender que a institucionalização está intimamente atrelada aos processos sociais e aos padrões de comportamento, frutos desses processos, que existem e são regidos por valores, normas e ideias próprias, conforme a visão de Schvarestein (1995) e Selznick (1971).

A análise institucional avalia que a legitimidade das organizações advém também do significado que atribuem ao sistema de valores em comum e às idealizações.

Assim, temas referentes à construção da imagem institucional, bem como aspectos estruturais, percebidos no Cluster 1, são suscitados à medida que podem servir de ferramentas para suprir a necessidade de que as universidades sejam protagonistas tanto na esfera regional quanto no âmbito da comunidade internacional, corroborando Meyer e Rowan (1977). [...] o desafio a uma universidade brasileira internacionalizada é o de exercer liderança no contexto universitário nacional e internacional [...] associações e convênios multilaterais internacionais [...] financiar visitas técnicas de docentes nacionais e internacionais [...] crescente protagonismo da universidade na ampliação e na qualificação da promoção de novos convênios bilaterais e multilaterais [...]

Conforme os segmentos de texto, o protagonismo institucional está relacionado à chegada e à permanência das universidades no cenário internacional [...] e à efetiva integração a circuitos nacionais e globais de conhecimento. Além disso, percebe-se a preocupação em contribuir efetivamente para a construção de discussões que se firmam globalmente, por meio de projetos de cooperação internacional e de missões de divulgação no exterior. A preocupação com relação ao prestígio das instituições de ensino torna-se ainda mais relevante nas discussões relacionadas à atração de recursos importantes à intenção de internacionalização, temáticas presentes no cluster 2. [...] As atividades de internacionalização poderão ser financiadas por parcerias, convênios firmados e prospecção de parceiros internacionais.

Por fim, surgem ainda no cluster 2 temas relacionados aos processos e procedimentos para internacionalização [...] procedimentos para firmar e implementar acordos de cooperação cotutela, dupla diplomação, projetos de pesquisa [...] cultura de avaliação e a necessidade de acreditação e reconhecimento com estruturação de procedimentos e instituições validadoras de qualidade [...] modelo de gestão para implementação do PL de internacionalização [...] comissões e coordenações para organização dos esforços institucionais de internacionalização.

Percebe-se nos trechos anteriores que a necessidade em estabelecer métodos deriva do anseio em estruturar questões elementares à internacionalização de instituições de ensino, e atravessam aspectos organizacionais, como a necessidades de acordos de cooperação; institucionais, quando se menciona a estruturação de mecanismos de validação da qualidade; além de assuntos próprios de instituições de ensino, como questões relacionadas à gestão dos planos de internacionalização e a criação de comitês próprios, cujo foco também está relacionado ao acompanhamento de tais planos.

Cabe reforçar que, do ponto de vista do processo, a internacionalização das IES deve ter etapas alinhadas e integradas. Por visar o desenvolvimento regional, não há uma única forma de tal processo ser realizado; é essencial, no entanto, que haja, por parte dos organizadores, a preocupação em análise e adaptação nas fases de concepção dos projetos de internacionalização e, tão importante quanto, durante o andamento dos trabalhos, a realização de revisões, de forma a garantir um processo maduro e viável ao contexto em que se deseja atuar (Laus, 2012).

Percebe-se que, no cluster 3, temáticas menos factíveis, como a definição do próprio conceito de internacionalização [...] definir o conceito de internacionalização

aplicado ao ensino superior e elencar as razões que levam à necessidade de tratar desse tema [...] tal conceito é, de fato, ainda ambíguo. A própria literatura existente não consegue dar conta do conjunto de elementos particulares de um determinado contexto; no entanto, sabe-se que as particularidades de cada conjuntura podem afetar os elementos dos modelos existentes (Al-Youssef, 2009).

Emerge também desse cluster a discussão sobre a internacionalização não mais se restringir ao processo de mobilidade acadêmica [...] a mobilidade não é mais a principal faceta da internacionalização [...] a internacionalização [...] um vetor para mudanças e melhorias na formação e na produção do conhecimento. Nesse sentido, os esforços em torno da internacionalização giram mais em torno da cooperação internacional (necessidade de adaptação estratégica) do que de mecanismos específicos (como a mobilidade e a adaptação de currículos).

Com relação às parcerias internacionais, é interessante notar que essa temática também foi presente no cluster 3: [...] política de alianças estratégicas de cooperação [...] parcerias geograficamente estratégicas [...]. Nota-se que esses segmentos de texto não apenas mencionam a importância de parcerias, mas também citam termos como “estratégia” e “cooperação”. Essas questões suscitam o terceiro paradigma, já mencionado no contexto dos processos de internacionalização, que trata justamente da competição-cooperação.

Tal paradigma está atrelado à ideia de que organizações mundiais que ditam as concepções a respeito das políticas relacionadas ao ensino superior precisam conjugar esforços de modo que se consiga, de forma duradoura, obter maior partilha nos processos de tomada de decisão, a fim de que seja possível alinhar política educacional e política econômica a partir de um plano internacional.

Por fim, são suscitadas ainda temáticas relacionadas à inovação [...] destacam a busca de inovação e seus impactos na qualidade de vida [...] desafio de tornar o Brasil participante definitivo do ambiente global de ciência e inovação [...] é preciso corrigir essa dissociação para favorecer o desenvolvimento de inovação endógena para que possamos ter uma atuação mais autônoma e soberana na economia global [...] como se observa pelos segmentos de texto, a internacionalização, como método, vai além de uma política educacional, e passar a ser uma ferramenta não apenas de desenvolvimento social, mas também científico ao passo que torna as universidades uma janela para o mundo, que permite a observação dos fenômenos globais.

Considerações Finais

Com o objetivo de analisar aspectos institucionais da internacionalização de Instituições de Ensino Superior brasileiras vinculadas ao Programa Capes-PrInt, realizou-se uma análise lexical, com auxílio do software Iramuteq, com base em 15 Planos de Internacionalização de Universidades brasileiras.

Foram discutidos os temas relacionados aos Aspectos Organizacionais (Língua, Parceria, Intercâmbio, Suporte), aos Aspectos Institucionais (Protagonismos, Atração, Processos e Procedimentos) e aos Aspectos Políticos (Conceito e Inovação). Foi observada a conexão de cada um desses aspectos com o plano de internacionalização das universidades selecionadas, bem como a heterogeneidade na estratégia e na

amplitude das ações associadas à internacionalização, o que destaca as diferentes ênfases nestes pontos expostos.

Tal preocupação, conforme Finardi e Guimarães (2021), é essencial ao processo de internacionalização, considerando a língua, pois gera impacto em questões relacionadas à influência, ao interesse e ao poder. E, ainda, o lugar de destaque que essas organizações precisam angariar tanto no âmbito em que atuam quanto no cenário internacional. Buscar destacar-se enquanto instituição, nesse sentido, significa estar atenta e participar dos circuitos de produção do conhecimento.

Para isso, os planos sugerem incentivar diferentes formas de trocas entre pesquisadores brasileiros e estrangeiros, que não se limitam necessariamente à mobilidade acadêmica, mas também à cooperação com instituições ao redor do globo. Esse movimento (de cooperação) pode ser entendido dentro dos PLs analisados a partir de diferentes ações institucionais, como o incentivo à criação de redes de relacionamento acadêmico ou mesmo a abertura de projetos de cooperação, ao passo que os planos situam compreensão sobre a necessidade de ir além dos intercâmbios (mobilidade), em que as fronteiras geográficas não são os maiores desafios. Em um mundo interconectado, é possível, então, a construção de diálogos com diferentes partes do mundo sem necessariamente o deslocamento físico; mais importante, nesse sentido, é o fortalecimento de políticas de cooperação internacional e, concomitante a isso, a compreensão de que políticas de internacionalização devem ser a força motriz para o favorecimento da inovação científica.

Embora se considere movimentos emergentes que discutem a internacionalização a partir de questões como racismo, ‘globalização’ e ‘europeização’, e atenção às questões socioambientais, a análise da institucionalização a partir dos Planos da pesquisa não amplia esse debate, pois se observa, pelos dados, que a matriz da inovação normativa configura representações associadas à internacionalização tradicional, centrada na língua, na mobilidade e na parceria internacional. Pesquisas futuras podem ampliar as leituras sobre a organização da institucionalidade dos processos internacionais, em atenção à dinâmica sociocultural.

Referências

- Al-Youssef, J. (2009). *The internationalisation of higher education institutions: A case study of a British university*. Department of Education. University of Bath. Tese de Doutorado.
- Aydinli, E. & Methews, J. (2021). Searching for larger status in global politics: Internationalization of higher education in Turkey. *Journal of Studies in International Education*, 25(3).
- Bastos, A. & Borges-Andrade, J. E. (2004). Nota técnica: cognição e ação: o ator ocupa a cena nos estudos Organizacionais. In S. R. Clegg, C. Hardy, & W. R. Nord (Orgs.), *Handbook de Estudos Organizacionais*, 3, 69-76. São Paulo: Atlas.
- Batista, J. S. M. (2009) *O processo de internacionalização da instituição de ensino superior: um estudo de caso na Universidade Federal de Uberlândia*. Dissertação, USP. Ribeirão Preto.

- Berger, P. L. & Luckmann, T. (1985). *A construção social da realidade: Tratado de sociologia do conhecimento*. Tradução: Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis, RJ: Editora Vozes [original 1967].
- Bjørn Stensaker, N. & Frølich, Å. G. (2008) Peter Maassen Internationalisation of higher education: the gap between national policy-making and institutional needs. *Globalisation, Societies and Education*, 6(1), I-II.
- Camargo, B. V. & Justo, A. M. (2018). *Tutorial para uso do software IRaMuTeQ* (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires). Santa Florianópolis: Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição – UFSC.
- Cai, Y. (2017). *Institutionalisation of Internationalisation of Higher Education in China*. Research Gate.
- Craciun, D. (2015). Systematizing Internationalization policy in higher education: Toward a typology”. *Perspectives of Innovations, Economics and Business*, 15(1), 49-56.
- Davies, J. (1992). Developing a Strategy for Internationalization in Universities: towards a conceptual framework, in C. Klasek (Ed.) *Bridges to the Future: strategies for internationalizing higher education*, 177-190.
- De Wit, H. (2007). The Process of Internationalization of Latin American Higher Education, *Journal of Studies in International Education*, 11(3/4), Fall/Winter. 400-409.
- De Witt, H. (1998). Rationales for internationalization of higher education. *Revista Millenium*, 3(11), 11-19.
- Dias, C. & Loiola, E. (2001). Conflito, Cooperação e Aprendizado nos Complexos Agroindustriais: O Caso do Instituto Biofábrica de Cacau de Ilhéus, Campinas, *Anais da XXV Enanpad*.
- Dimaggio, P. & Powell, W. (2005). A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. *Revista de Administração de Empresas*, 45(2), 74-89.
- Friedman J. Z. & Miller-Idriss C. (2014). Gateways and guest homes: How US area studies centers serve as arbiters of scholar mobility. In Streitwieser B. (Ed.), *Internationalization of Higher Education and Global Mobility*, 151-167. Oxford, UK: Symposium Books.
- Finardi, K. R. & Guimarães, F. F. (2021). Local agency in national language policies: The internationalisation of higher education in a Brazilian institution. *Current Issues in Language Planning*, 22(1-2).
- Finnemore, M. & Sikkink, K. (1998). International norm dynamics and political change. *International Organization*, 52, 887-917.
- Gao, Y. (2015). Constructing internationalisation in flagship universities from the policy-maker’s perspective. *High Education*, 70, 359-373.

- Guarido Filho, E. R., Machado-Da-Silva, C. L. & Gonçalves, S. A. (2009). Organizational institutionalism in the academic field in Brazil: social dynamics and networks. *Brazilian Administration Review*, 6(4), 299–315.
- Hazelkorn, E. (2015). The effects of rankings on student choices and institutional selection. In: Jongbloed, Ben; Vossensteyn, Hans (Eds.). *Access and expansion post-massification: opportunities and barriers to further growth in higher education participation*. London: Routledge.
- Horn, A. S., Hendel, D. D., & Fry, G. W. (2012). Ranking the International Dimension of Top Research Universities in the United States. *Journal of Studies in International Education*, 11(3/4), 330–358.
- Knight, J. (2004). Internationalization Remodeled: Definition, Approaches, and Rationales. *Journal of Studies in International Education*, 8(1), 5–31.
- Kronberger, N. & Wagner, W. (2004). Palavras-chave em contexto: análise estatística de textos. In: M.W. Bauer & G. Gaskell (Orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (Tradução de Pedrinho A. Guareschi). Petrópolis: Vozes.
- Knight, J. (2005). An Internationalization Model: Responding to New Realities and Challenges. In: De Wit, H., Jaramillo, I., Gacén-Avila, & Knight, J. (Eds.). *Higher Education in Latin America: the international dimension*. Washington: The World Bank.
- Knight, J. (1995). *Internationalization: Elements and checkpoints*. Research Monograph, (7). Ottawa, Canada: Canadian Bureau for International Education.
- Knight, J. (2020). The internationalization of higher education scrutinized: international program and provider mobility. *Sociologias*, 22(54), 176–199.
- Laus, S. P. (2012). *A Internacionalização da Educação Superior: um estudo de caso da Universidade Federal de Santa Catarina*. Tese de Doutorado. Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Bahia.
- Machado-Da-Silva, C. L., Fonseca, V. S. da & Crubellate, J. M. (2010). Estrutura, agência e interpretação: elementos para uma abordagem recursiva do processo de institucionalização. *Revista de Administração Contemporânea*, Edição Especial, art. 4, 77–107.
- Marchand, P. (2013). Quelques traces chronologiques de l’exploration textométrique. *Bulletin de Méthodologie Sociologique*, 120(1), 38–46.
- Manning, K., & Ed, D. (1998). *The Internationalisation of Higher Education in Australia: Management and Strategy Options for Faculties of Education* (Doctoral dissertation), University of Melbourne, Faculty of Education.
- Meyer, J.W. & Rowan, B. (1977). Institutionalized organizations: Formal structures as myth and ceremony. *American Journal of Sociology*, 83, 440–463.
- Meyer, J.Y. & Ramirez, F. (2005). “The World Institutionalization of Education”. en Jürgen Schriewer (ed.), *Discourse Formation in Comparative Education*. Frankfurt am Main: Peter Lang.

- Meyer, J. W. & Frank, D. J. (2007). University expansion and the knowledge society. *Theor Soc*, 36, 287–311.
- Morosini, M. C. (2006). Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior Conceitos e práticas. *Educar em Revista*, (28), 107–124.
- Miura, I. K. (2006). *O processo de internacionalização da Universidade de São Paulo: um estudo em três áreas de conhecimento*. 381 p. Tese Livre Livre-Docência. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.
- Nascimento, A. R. A., & Menandro, P. R. M. (2006). Análise lexical e análise de conteúdo: Uma proposta de utilização conjugada. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 6(2), 72–88.
- Quinello, R. & Nunes, R. S. (2006). O processo de institucionalização do Seis Sigma numa multinacional do setor automotivo. *RAM – Revista de Administração Mackenzie*, São Paulo, 7, 1–20.
- Renfors, S. (2021). Internationalization of the curriculum in finnish higher education: Understanding lecturers' experiences. *Journal of Studies in International Education*, 25(1).
- Rujdzki, R. (1995). The application of a strategic management model to the internationalization of higher education institutions. *Higher Education*, 29(4), 421–441.
- Schvarstein, L. (1995). *Psicología social de las organizaciones: nuevos aportes*. Buenos Aires: Paidós.
- Seeber, M., Cattaneo, M., Huisman, J. & Paleari, S. (2016). Why do higher education institutions internationalize? An investigation of the multilevel determinants of internationalization rationales. *High Education*, 72, 685–702.
- Selznick, P. (1971). *A liderança na Administração*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Smolyakov, D. A. (2021). Institutional conditions of internationalisation of higher education: Mass higher school. *The Education and Science Journal*, 23(5).
- Söderqvist, M. *Internationalization and its management at higher education institutions: Applying conceptual, content and discourse analysis*, Helsinki, Finland.
- Tamtik, M. & Kirss, L. (2016). Building a Norm of Internationalization: The Case of Estonia's Higher Education System. *Journal of Studies in International Education*, 20(2), 164–183.
- Teichler, U. (2004). The changing debate on internationalisation of higher education. *Higher Education*, 48(1), 5–26.
- Tolbert, P. S. & Zucker, L. G. (1998). A institucionalização da teoria institucional. In Clegg, S. R.; Hardy, C.; & Nordy, W.R. (Orgs.), *Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais*. Atlas.

- Van Dijk, H. & Meijer, K. (1997). The internationalization cube: A tentative model for the study of organizational designs and the results of internationalization in higher education. *Higher Education Management*, 9(1), 157-67.
- Verger, A. (2009). New public management and education: theoretical and conceptual elements for the study of a global education reform model. *Educação & Sociedade*, 36(132), 599-622.
- Wu, H. & Zha, Q. (2018). A New Typology for Analyzing the Direction of Movement in Higher Education Internationalization. *Journal of Studies in International Education*, 22(3), 259-277.
- Yemini, M. (2021). Internationalisation by demarcating the role of higher education in Sustainable Development Goals: The case of Israel. *European Journal of Education*, 56(2), 235-247.
- Zapp, M., Jungblut, J. & Ramirez, F. O. (2021). *Legitimacy, stratification, and internationalization in global higher education: The case of the International Association of Universities*. Tertiary Education and Management, 27.
- Zapp, M. & Ramirez, F. O. (2019). Beyond internationalisation and isomorphism – the construction of a global higher education regime. *Comparative Education*. 55, 473-493. <https://doi.org/10.1080/03050068.2019.1638103>